

INTERPRETANDO O FIM DO CICLO 1988-2016: PODE A “PARCERIA” FURTADO E FLORESTAN FORNECER NOVAS PISTAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA ENTENDER O PRESENTE PASSADO?

*Alexandre de Freitas Barbosa*¹

Resumo: Neste texto, recorremos às obras de Furtado e Florestan para ilustrar a sua ousadia metodológica de questionar a falsa universalidade das teorias produzidas no centro, para ressaltar a nossa especificidade, sem com isso desprezar as categorias que compõem o patrimônio comum do pensamento social e econômico. Tal esforço somente seria possível se revelássemos o todo - ou melhor, as estruturas geopolíticas e sociais do capitalismo na sua manifestação internacional - do qual fazíamos parte enquanto periferia, tal como demonstrado por estes intelectuais.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; Celso Furtado; pensamento social e econômico.

Abstract: In this text, we use the works of Furtado and Florestan to illustrate their methodological boldness to question the false universality of the theories produced in the center, to highlight our specificity, without thereby neglecting the categories that make up the common heritage of social and economic thought. Such an effort would only be possible if we revealed the whole - or rather, the geopolitical and social structures of capitalism in its international manifestation - of which we were part as a periphery, as demonstrated by these intellectuals.

Keywords: Florestan Fernandes; Celso Furtado; social and economic thought.

Resta pouca dúvida que, em 2016, um longo ciclo político chegou ao fim. Muitos dos analistas do campo da esquerda passaram a adotar uma perspectiva classista rasa. Eram “os quinhentos anos de escravidão” ou “as elites que nunca aceitaram a democracia”, na contramão das versões antecessoras e ufanistas que alardeavam a social-democracia que teria dado certo no Sul do planeta, enquanto as do Norte se esfacelavam.

Agora que o leite já foi derramado, cabe aos intelectuais situados no campo da esquerda resgatar a capacidade de reflexão crítica, e assumir uma nova atitude participando com ousadia crítica e propositiva no debate nacional. O presente texto se dedica à primeira tarefa, que pode ser resumida na pergunta que segue: como compreender as estruturas de funcionamento do capitalismo no Brasil?

A partir dos anos 1980, a esquerda acadêmica – mas também a esquerda mais abertamente política e social - abandonou um estilo de interpretação do país, aqui chamado de “histórico-estrutural”².

Acreditou-se que bastava tomar o poder, democraticamente, para então promover a distribuição de renda e a ampliação da cidadania. O socialismo esteve sempre no horizonte. Entretanto, aparecia mais como válvula de escape a impedir qualquer discussão séria sobre o capitalismo “subdesenvolvido” e “dependente” aqui praticado. Praticou-se uma práxis de bitola estreita e abdicou-se da teoria no sentido forte do termo. As reformas de estrutura saíram da agenda.

¹ Professor de História Econômica e Economia Brasileira do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP). Artigo finalizado em abril de 2019.

² Embora o método histórico-estrutural esteja associado a Celso Furtado, por meio da sua adaptação própria das ideias cepalinas ao caso brasileiro, vários marxistas “pós-furtadianos”, defendem a utilização desta perspectiva analítica para entender as particularidades do capitalismo nos países da periferia. Ver SINGER, Paul. *Economia política do trabalho*. São Paulo, Hucitec, 1977, p. 4-5.



Viramos todos “legalistas”, defensores da Constituição de 1988, que sem dúvida significou um enorme avanço civilizatório. Os “reformistas” agora eram eles, os novos neoliberais com as suas reformas de base pelo avesso.

Luiz Werneck Vianna já havia elaborado, nos anos 1990, a sua crítica à esquerda “petista”. A agenda da cidadania precisava se encontrar com a política, no sentido de promover, segundo a sua leitura gramsciana, uma “estatalização por baixo da vida social”. Tratava-se de “conceber”, por meio da mobilização social e da ampliação dos direitos e da cidadania, “um novo Estado para a nação”³.

Tal opção prática exigia um esforço teórico – jamais empreendido – de interpretação do capitalismo realmente existente no território nacional e das suas vinculações com a dinâmica internacional, ambas alteradas no período pós-anos 1980. As formulações de Celso Furtado e Florestan Fernandes⁴ – que apesar das divergências teóricas, comungavam de perspectivas metodológicas convergentes especialmente nos anos 1970 – ofereciam um território analítico a ser desbravado.

De um lado, o teórico do subdesenvolvimento da periferia, atuando nas universidades de prestígio internacional e radicalizando a sua interpretação estruturalista; de outro, o intelectual militante, reconstruindo sua perspectiva teórica, agora numa chave marxista, de modo a iluminar as possibilidades de superação dialética do *status quo*, captado pelo conceito de “autocracia burguesa”.

Contudo, se a produção acadêmica dos anos 1980/1990 avançou muito nas suas várias avenidas disciplinares, ela perdeu a sua veia crítica fundada na capacidade de totalização dos movimentos do real. O Brasil virou um *case*, para consumo das redes de pesquisa transnacionais, uma operação que estilhaçou as conexões entre as estruturas econômicas, sociais e políticas, que passaram a ter vida autônoma.

A própria inserção periférica deixou de ser problematizada, quando a maldadada “globalização” passou a obscurecer a estrutura hierárquica da economia-mundo capitalista em processo de reconfiguração. Mesmo o “neoliberalismo” e a “financeirização” – tão utilizados pelo “pensamento de esquerda” – sugeriam que estávamos no mesmo diapasão dos países do centro. A nova condição periférica e as reconfigurações do subdesenvolvimento estavam fora do cardápio da esquerda acadêmica, em grande medida recolonizada em termos metodológicos.

Neste texto, recorreremos às obras de Furtado e Florestan para ilustrar a sua ousadia metodológica de questionar a falsa universalidade das teorias produzidas no centro, para ressaltar a nossa especificidade, sem com isso desprezar as categorias que compõem o patrimônio comum do pensamento social e econômico. Tal esforço somente seria possível se revelássemos o todo – ou melhor, as estruturas geopolíticas e sociais do capitalismo na sua manifestação internacional – do qual fazíamos parte enquanto periferia, tal como demonstrado por estes intelectuais.

Esse estilo de interpretação (crítica) sobre o Brasil, que encontrou o seu ápice nos anos 1970, foi soterrado quando a esquerda acadêmica deserdou dos programas de pesquisa contidos nas assim chamadas “teoria do subdesenvolvimento” e “teoria da dependência”, por concebê-las equivocadamente como paradigmas fechados e falseáveis pelo neopositivismo metodológico então predominante. Alguns chegaram a se alçar no meio da tormenta para decretar – de maneira quase ingênua, quando não arrogante – a “tolice da inteligência brasileira”⁵.

Ora, foi justamente na periferia do capitalismo, mais especificamente na América Latina, que a “teoria de modernização” sofreu o seu mais profundo ataque, ao contrário do que sugere

³ VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, p. 53-54, 88-89.

⁴ O empreendimento teórico/metodológico aqui sugerido não deve se circunscrever, exclusivamente, a estes dois autores. Eles são utilizados aqui como ponto alto de uma tradição crítica desenvolvida no Brasil desde os anos 1940, e atualizada/processada/repensada a partir da ruptura vivenciada no pós-1964.

⁵ SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixou manipular elite*. São Paulo, Leya, 2015. Essa afirmação não nega a importante contribuição deste autor para a reflexão teórica aqui defendida, a qual se encontra nos seus livros anteriores ao acima citado.

Jessé Souza⁶. O paradigma fundado no “ainda não”, negador da contemporaneidade⁷ - como se tivéssemos fadados a seguir o caminho “normal” do desenvolvimento dos países centrais ou adotar os seus padrões ou variedades de capitalismo – seria aqui questionado por meio de intérpretes armados com seus “modelos” dotados de sofisticação metodológica incomum. Isso porque elaborados por meio de uma operação cirúrgica sobre as variantes teóricas “universais”. O próprio “universal” - modelo imputado ao “centro” - surgia redefinido por meio de suas relações econômicas, sociais e políticas com a periferia.

O “conto de fadas” elaborado por Jessé Souza⁸ não para em pé. Se o autor acerta ao mencionar a mescla de “culturalismo conservador” e “economicismo” nas elites “liberais” brasileiras; o tiro sai pela culatra quando localiza os representantes de cada corrente. Para ir direto ao ponto, isso acontece quando empobrece a análise repleta de tensões de Sérgio Buarque - entre ideias e padrões culturais e transformações sociais e econômicas – e a acusa de conceder um privilégio ahistórico ao “estoque cultural”. Mas, especialmente, para os fins deste ensaio, quando considera como “economicistas” os autores vinculados à tradição histórico-estrutural - Caio Prado Jr, Celso Furtado, Florestan Fernandes, além de Francisco de Oliveira – que criaram a couraça protetora que conteve o avanço da teoria da modernização por estas plagas. Ora, foi justamente quando abandonamos esse escudo metodológico que a teoria da modernização voltou, a partir dos anos 1990, sob outras roupagens geralmente auto-intituladas “institucionalistas”, como no caso de Douglass North, Daron Acemoglu e James Robinson.

O presente texto encontra-se estruturado da seguinte maneira. Inicialmente procuramos resgatar o esforço de elaboração teórica de Furtado e Florestan antes do golpe de 1964. Apesar de seguirem formulações diversas, o que se explica por suas posições sociais respectivas – o primeiro “um intelectual orgânico do Estado” que se transforma, a partir de 1959, em “intelectual nacionalista”, e o segundo encarnando o papel de “intelectual crítico da academia”. Duas cidadelas – a do Estado e a da universidade – que se comunicavam, mas também se atritavam, por possuírem uma visão diversa da relação entre ciência e ideologia. Essa diferença de enfoque fica patente nos diagnósticos distintos sobre os constrangimentos e as potencialidades do desenvolvimento da sociedade brasileira no contexto da industrialização⁹. Na parte do texto intitulada “um estilo de interpretação bipartido (1948-1964)” procuramos contrastar as duas perspectivas analíticas.

Na segunda parte do texto, “A confluência das perspectivas teóricas e metodológicas no pós-1964”, procuramos apontar para a gestação de uma nova visão crítica sobre o “capitalismo dependente e subdesenvolvido”. Agora a despeito dos instrumentais teóricos permanecerem ainda distintos, existem fortes complementaridades metodológicas, permitindo uma síntese não de todo vislumbrada naquele momento histórico. Também aqui as obras de Furtado e Florestan são cotejadas nos seus aspectos fundamentais.

Finalmente, na terceira parte do texto, por meio de um exercício analítico sobre o golpe de 2016, pretendemos “testar” as possibilidades da “parceria” Furtado-Florestan, por meio um programa de pesquisa que parta das suas convergências teóricas e metodológicas. A diversidade de universos conceituais, em vez de apartar, pode levar a um enriquecimento do método histórico-estrutural, a ser comprovado por meio do seu potencial interpretativo sobre o fim do ciclo político 1988-2016.

Não temos a pretensão de que o exercício analítico proposto seja a única forma de realizar uma fusão das perspectivas interdisciplinares desenvolvidas pelos dois autores nos anos 1970.

⁶ Ibidem, p. 12, 25, 35-37. No nosso entender nenhuma “sociologia crítica contemporânea” - posto que o autor pretende ocupar -, pode passar batido por esse estilo de interpretação produzido por um segmento importante do pensamento brasileiro e latino-americano.

⁷ CHAKRABARTY, Dipesh. *Al margen de Europa: pensamiento poscolonial y diferencia histórica*. Barcelona, Tusquets Editores, 2008, p. 33-35.

⁸ SOUZA, op. cit., p. 44-47, 109-110.

⁹ Ver esses conceitos em BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Brasil Desenvolvimentista e a trajetória de Rômulo Almeida: ensaio de interpretação histórica*. 2017. 636f. Tese (Livre Docência). IEB, USP, São Paulo.

Paralelamente, cabe ressaltar que o processo de atualização do universo analítico e conceitual dos autores para o “presente passado”¹⁰ é tão ou mais complexo do que a fusão de perspectivas distintas, o que já em si seria uma tarefa ousada e arriscada.

Portanto, o teor do texto é ensaístico e possui o caráter de abertura de novas possibilidades metodológicas e teóricas para se interpretar o capitalismo realmente existente no Brasil contemporâneo. Trata-se, em poucas palavras, de navegar em terreno inóspito e desconhecido.

Os leitores darão o seu veredicto. Independentemente do resultado alcançado, o êxito e o fracasso nunca são completos. Devem ser analisados em contraposição ao método e à concepção de pesquisa que o norteia. Resta como única certeza a seguinte: nesta quadra histórica não parece haver alternativa aos intelectuais de esquerda que a de proceder de maneira, ousada, criativa e crítica, sem esquematismos estereis e sem perder de vista o horizonte das possibilidades de atuação política no sentido mais amplo da palavra.

UM ESTILO DE INTERPRETAÇÃO BIPARTIDO (1948-1964)

As trajetórias intelectuais e teóricas de Furtado e Florestan correm paralelas durante os anos 1950, espelhando seus espaços de atuação e de socialização. Estes personagens compõem dois “fragmentos de geração” que pensaram o desenvolvimento no Brasil a partir dos seus respectivos quadros conceituais. Existem pontos de convergência e de divergência entre eles. Mas neste primeiro momento, em virtude dos enfoques respectivos, econômico ou sociológico, bem como das cidadelas de atuação, o Estado ou a academia, as divergências predominam. Ainda assim, os atritos não deixam de revelar um substrato comum, que se amplia no pós-1964.

Furtado destaca-se como economista da CEPAL, criada em 1948, para regressar ao Brasil dez anos depois. Traz consigo “Formação Econômica do Brasil”, publicado em 1959. Antes, no seu “A Economia Brasileira”¹¹, já expressava o caminho a ser trilhado. No seu entender, havia diferenças substantivas entre as “economias desenvolvidas e subdesenvolvidas”. O recurso à “teoria do desenvolvimento”, formulada em alto grau de generalidade, não dava conta dos “problemas específicos dos países latino-americanos”, os quais deveriam ser buscados nos seus processos históricos diferenciados. A “identificação de problemas” fazia-se estratégica e preliminar a qualquer esforço de “aplicação” da teoria.

O economista Celso Furtado era um pensador em ato, procurando intervir nos processos de industrialização a partir da CEPAL. No início dos anos 1950, emergiam os intelectuais orgânicos do Estado, atuando em vários postos estratégicos da máquina estatal, com destaque para os técnicos nacionalistas. Seu espaço de atuação era a Assessoria Econômica de Vargas chefiada pelo baiano Rômulo Almeida. Os técnicos nacionalistas compunham apenas um dos segmentos do variegado quadro das elites dirigentes no Brasil desse período¹².

Eram orgânicos ao Estado, pois a ele se referenciavam concreta (pela posição social de destaque que ocupavam) e simbolicamente (pois essa posição lhes permitia a conexão com a “nação” e o “povo”). Os intelectuais orgânicos do Estado não se colocavam plenamente a favor e nem contra nenhuma das classes econômicas fundamentais (burguesia e operariado), ao menos tal como elas se manifestavam politicamente, pois se ressentiam das suas atitudes imediatistas. A industrialização, pela via do desenvolvimento nacional autônomo, deveria permitir a composição dos interesses

¹⁰ A noção de “futuro passado” de Koselleck parte do pressuposto de que “o espaço contemporâneo da experiência é o centro de todas as histórias”. É a partir dele que se podem produzir novas leituras do passado, realizadas a partir de um futuro “cronológico”, fugindo assim à ficção do “factual”. O “presente passado”, termo por mim utilizado nesse artigo, é uma forma de ressaltar que a leitura do passado é aqui feita sem o distanciamento histórico necessário, pois parte do “presente” que ainda não terminou de passar. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2011, p. 134-138, 141, 169-170.

¹¹ FURTADO, Celso. *A Economia Brasileira (Contribuição à análise do seu desenvolvimento)*. Rio de Janeiro, Editora A Noite, 1954, p. 238-239.

¹² Ver BARBOSA, 2017, cap. 1.4 e parte 2.

destas classes em formação e o deslocamento dos interesses oligárquicos, que se valiam do “Estado Cartorial” e do adiamento das reformas de base, ainda não assim nomeadas. Procuravam enquanto técnicos calibrar os interesses de classe que sabiam apenas potencialmente convergentes. A economia era meio e não fim. Havia um projeto-interpretação-utopia que procurava se enraizar na sociedade a partir da ocupação de postos estratégicos no aparato estatal, e não apenas nas instituições econômicas.

O desenvolvimento nacional autônomo, tal como se concebia na época, significava a manifestação política das classes sociais no espaço democrático. Da mesma forma que os intelectuais orgânicos do Estado tinham ressalvas com relação ao populismo, conheciam o perfil conservador do empresariado. Nenhum segmento social do Brasil Desenvolvimentista (1946-1964) se relacionou de forma tão aberta e propositiva com todas as classes e suas frações. O seu projeto (práxis) e a sua utopia nacional estava fundada numa análise (interpretação) das estruturas em mudança acelerada, porém assíncrona, como ficaria explicitado de maneira sintética e original nas obras teóricas e históricas de Furtado entre 1959 e 1961.

É nesta quadra histórica que Furtado - armado com seu estilo direto e certo norteando a “racionalidade” possível ao final do governo JK, como se o peso da história se vergasse no sentido do futuro - ingressa de cheio na cena política brasileira. O intelectual orgânico do Estado não encontra mais respaldo na cena política transformada. Ao abrir mão do distanciamento estratégico do técnico, não mais possível num quadro de radicalização como o de 1961-1963, ele procura se afirmar como arquiteto da vontade coletiva nacional. Trata-se de um movimento coletivo empreendido por vários intelectuais que atuavam no e a partir do setor público. Furtado parece ser o tipo ideal desta transformação do intelectual orgânico do Estado, que até então atuava nos bastidores, para assumir o papel de “intelectual nacionalista” capaz de aliar a dimensão técnica com a política.

O “mistério extraordinário”¹³ de sua presença avassaladora nos estertores do Brasil desenvolvimentista (1946-1964) pode ser explicado pelo fato de atuar em três frentes simultâneas: a teórica, especialmente com *Formação econômica do Brasil* (1959) e *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), que alcança um público mais vasto do que os dos técnicos; a técnica, no âmbito da SUDENE e como Ministro do Planejamento, quando assume um papel nitidamente político, ao elaborar o Plano Trienal que fornece o respaldo programático para o retorno do presidencialismo; e a de ideólogo do desenvolvimento, ao oferecer uma utopia nacional reformista, como no caso de *A pré-revolução brasileira* (1962).

A tensão que acometia este “técnico-político”¹⁴, como resultado das contradições do momento histórico, faria com que o segundo polo da dualidade predominasse, sem jamais extirpar o primeiro. O Rômulo da Assessoria Econômica jamais realizara este salto: o político sempre recuava em face do técnico, pois vivera em um contexto em que Vargas dava as cartas. Furtado, ao contrário, surge como intelectual (técnico-político) nacionalista em um momento que muitos dos intelectuais orgânicos do Estado se recolhem ou são remetidos a postos de segundo escalão. É quando a sociedade política perde capacidade de direção e a sociedade civil aparece repleta de demandas conflitantes. Sua mensagem de cunho político é costurada com maestria retórica em *A pré-revolução brasileira*.

Três aspectos merecem especial atenção neste libelo em busca da autodeterminação nacional: o papel do intelectual e a objetividade científica; o presente como potencialidade para a redenção da história e o desenvolvimento enquanto processo civilizatório não restrito à sua matriz econômica. O teórico, o servidor público ocupando posição estratégica e o arquiteto do projeto

¹³ A expressão é de MALLORQUIN. Ver MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo/Rio de Janeiro: Xamã/Contraponto, 2005, p. 161-162.

¹⁴ *Ibidem*, p. 181.

nacional surgem imbricados, levando a tríade (projeto-intepretação-utopia) desenvolvimentista¹⁵ ao seu ápice. Mas o fato de que o seu esforço individual se destacasse no horizonte é mau presságio.

Logo na introdução, ele afirma a dimensão do seu desafio: injetar, a partir da análise, “*alguns elementos de racionalidade*” à política econômica (trata-se, na verdade, de uma política de desenvolvimento que propulsiona um desenvolvimento que não é só econômico), “*tanto com respeito aos instrumentos, quanto em função dos juízos de valor em que se apóia*”¹⁶.

O aparato conceitual surgia soldado à realidade. Eis a responsabilidade dos “trabalhadores do pensamento”. Definidos os princípios básicos de convivência social – não sacrificar a liberdade em prol do desenvolvimento material - a objetividade deve servir de guia.

No entender de Furtado, a ciência econômica, se dissociada das premissas que norteiam as várias estruturas econômicas e sociais, “*raramente passa do campo da doutrina para o da teoria científica*”. Daí a necessidade de formular “*variantes teóricas*”, capazes de dar conta da problemática das economias subdesenvolvidas. Em vezes de erigir “*uma ciência econômica nova*”, ele diz, devemos “*dar prioridade ao domínio das técnicas que capacitam a observar de forma sistemática nossa realidade econômica*”, descobrindo os desafios pertinentes para, apenas então, forjar “*uma autêntica doutrina do desenvolvimento nacional*”¹⁷. Invertem-se os termos: a ciência - em vez de incorporar sob o manto da neutralidade uma doutrina alheia à realidade objetiva – deve trabalhar sobre ela, elaborando categorias imersas na história, para agir de maneira consciente e transformadora a partir do Estado, que não plana sobre a sociedade, pois ela também é parte do processo de mudança.

A economia contaria então com tal “*grau de diferenciação*”, que seria capaz de internalizar os centros de decisão da sua vida econômica, conquistando assim a autodeterminação. Paralelamente às mudanças da estrutura produtiva, o país caracteriza-se pela “*lúcida tomada de consciência do subdesenvolvimento*”. Enfim, as condições subjetivas e objetivas pareciam dadas.

Em um contexto democrático e ainda marcado pelo subdesenvolvimento, o objetivo de aprofundar a acumulação de capital significa uma drástica redução na área do *laissez-faire*, tendo em vista a baixa renda per capita e as novas funções do Estado moderno, o que elevaria a geração de emprego e renda, especialmente com a realização das reformas. Enfim, os dados estão lançados: “*abriremos uma nova fase de transformações qualitativas, ou caminharemos para uma cristalização da estrutura já estabelecida?*”¹⁸.

Sua eficácia mobilizadora é indiscutível, porém mobiliza quem e em quê sentido? O nível de generalidade do discurso não correria o risco de transformar a mobilização em embotamento? Por outro lado, haveria alternativa disponível para quem atua a partir de uma posição social situada no âmbito do Estado? Lembremos que o discurso de Furtado guarda semelhanças com o do primeiro ISEB, cuja generalidade das formulações – para não falar das divergências internas – se tornaria um empecilho para o direcionamento dos esforços do Estado em um determinado sentido. Todos os problemas estruturais deveriam ser atacados de uma só vez, além de contar com a aprovação de uma sociedade que já passa a formular as suas próprias demandas entrecruzadas e contraditórias, ressentindo-se do elevado ou baixo ativismo estatal, conforme a compreensão dos diversos segmentos em disputa. Neste contexto de efervescência social, a sociedade política pode no máximo atenuar os conflitos e forjar consensos mínimos. A posição dos técnicos encontra-se bombardeada pelas trincheiras provenientes dos quatro cantos da sociedade civil.

Obviamente que Furtado não tinha plena consciência disso e é fato também que o Estado era ainda visto por ele – e pelos técnicos nacionalistas – como epifenômeno das contradições

¹⁵ Sobre esse conceito, ver BARBOSA, 2017, *Introdução Metodológica*.

¹⁶ FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962, p. 10-11.

¹⁷ *Ibidem*, p. 80-81, 90, 94-98, 100-101.

¹⁸ FURTADO, 1962, p. 9, 31-32, 40, 64-68, 72, 75-76, 79, 107.

econômicas e sociais¹⁹, tal como no caso de Rômulo e dos intelectuais orgânicos do Estado. Na concepção reformista de todos eles, a construção nacional da democracia exigia certa “substância econômica”, a ser injetada pelo Estado em um contexto de fragmentação das forças sociais e de radicalização política, pois o Congresso, os partidos e os sindicatos não dialogavam com os interesses “reais” do povo. Daí que os seus esforços se assemelhassem a um exercício de “demiurgia”²⁰.

Se *A pré-revolução brasileira* fora uma espécie de clímax do processo histórico, quando as potencialidades do Brasil Desenvolvimentista apareciam em toda a sua plenitude, *Dialética do desenvolvimento*²¹, escrito por Furtado ao final de 1963, pode ser lido como o anti-clímax da história, agora com suas contradições expostas. O intelectual (técnico-político) nacionalista se despedia antes que caísse o pano.

O livro não é um mero relato das frustrações do intelectual que regressa do *front* da batalha (leia-se Plano Trienal). O seu desencanto com o poder e a “irracionalidade da política” se transforma em uma oportunidade para revisar seus conceitos e interpretações. Ainda que não o diga explicitamente, Furtado questiona as teses esboçadas dois anos antes. Como se percebesse que os maiores questionamentos viriam da esquerda, nosso reformista veste um figurino marxista de cujo *design* ele próprio se encarrega.

O livro se divide em duas partes principais: de um lado, ele discute o processo de desenvolvimento capitalista no centro e suas contradições de classe como força motriz do processo histórico, numa tentativa de atualizar Marx para o século XX. Furtado destaca a expansão das instituições do Estado, a flexibilidade das instituições políticas e a crescente participação da classe trabalhadora no poder e na riqueza; de outro, mergulha no caso brasileiro onde as contradições se enraizam, complexificando o subdesenvolvimento. A estrutura social, em vez de se dinamizar com a industrialização, gera novas clivagens de classe, mas sem desalojar as velhas. A dualidade estrutural se irradia para o âmbito do poder e da ideologia, transformando as classes dirigentes em anti-reformistas. O subdesenvolvimento é, portanto, um capitalismo que não se completa por não engendrar um centro decisório nacional.

Montando o panorama conceitual mais amplo, Furtado passa a analisar “*as projeções políticas do subdesenvolvimento*”, que conformam quase o avesso deste modelo. Aqui o dualismo da estrutura econômica – que se reflete sobre “*uma distribuição extremamente desigual da renda*” e sobre “*uma demanda de bens finais pouco vigorosa*” – faz com que a consciência de classe só se defina lentamente, em virtude do subemprego estrutural. O entorpecimento do mercado interno leva a uma classe trabalhadora pouco aguerrida, pois “privilegiada” em relação ao conjunto da estrutura social. Portanto, o subdesenvolvimento se coloca em termos de estrutura social. A sua compreensão em termos de crescimento da renda per capita constitui uma “obsessão” com “sérios reflexos negativos” por iludir a dinâmica do processo histórico²².

O dualismo estrutural não é discutido em termos estáticos ou de simples oposição entre tradicional e moderno, como tanto insistiriam seus críticos adiante. A transformação da estrutura social depende, de um lado, “*dos conflitos internos do setor capitalista*” e, de outro, “*das tensões criadas entre este e a economia pré-existente*” (setor exportador e setor de subsistência)²³.

Os limites do processo expansivo são explicados também pela superestrutura. A transição da economia “colonial” para “industrial”, mesmo tendo viabilizado o desenvolvimento das forças

¹⁹ VIEIRA, Rosa Maria. *Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)*. São Paulo: EDUC, 2007, p. 232, 246-250.

²⁰ VIEIRA, 2007, p. 232, 246-250.

²¹ FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. Cabe ressaltar que, nesta obra, o técnico se socorre do pensador crítico para analisar o processo político, de maneira mais distanciada e em toda a sua e complexidade, agora que o embate já foi travado.

²² FURTADO, 1964, p. 33, 79.

²³ *Ibidem*, p. 81-82, 118-124.

produtivas, não trouxe o deslocamento da estrutura arcaica no plano político. O potencial de atuação do Estado foi coartado pela instabilidade interna das classes dirigentes, que se manteve em uma posição de comando, equilibrando os interesses em muitos aspectos antagônicos. A rigidez da estrutura social, por sua vez, impediu que os conflitos atuassem como força renovadora. As lideranças das classes dirigentes, por meio da “ação populista”, assumiram uma atitude divisionista ao oferecer vantagens salariais provisórias, “*desorientando os trabalhadores*” e “*incapacitando-os para distinguir os seus próprios interesses*”. Porém, em vez de assumir uma atitude em prol da “*neutralidade distributiva*” à maneira de Roberto Campos, Furtado defende a “*superação do populismo*” por “*movimentos surgidos dentro da classe trabalhadora, conducentes à sua determinação política*” e “*orientados a uma estratégia de longo prazo*”. Do contrário, o sistema político fica “*em permanente suspense*”, pressionando pelo “*jogo populista*” – capaz de algumas conquistas – mas gerando “pânico” sobre os segmentos mais retrógrados sediados no Congresso²⁴.

Neste momento, sua análise crítica pretende marcar o distanciamento do técnico com o mundo da “política elitista”. Ele o faz, defendendo a autonomia da classe trabalhadora urbana, além da inclusão dos camponeses por meio de uma reforma política que possa eliminar “o analfabetismo compulsório”. Trabalhadores urbanos e camponeses, em vez de se curvarem aos ganhos ilusórios do curto prazo, deveriam se vincular a uma estratégia de longo prazo, que jamais foi elaborada em sua plenitude e nem o seria.

Sua leitura política dos desafios estruturais ao desenvolvimento no Brasil também se ressentia, em um tom isebiano, da ausência de consciência da classe capitalista industrial em suposta contradição com os grupos latifundiários, que controlam as terras utilizadas para a produção de alimentos. No que se refere à atuação mais agressiva das classes trabalhadoras e à extensão dos conflitos sobre o campo – sem potencial renovador, por não estar ancorada em objetivos de longo prazo – “*uma densa penumbra ideológica*” teria contribuído para ofuscar ainda mais as “*contradições dentro da própria classe capitalista*” e para manter “*formas ideológicas superadas*”. Mas a postura tímida dos industriais se fazia revelar, desde os anos 1950, por meio de sua resistência com relação a mudanças fiscais mais profundas, que permitissem uma melhor orientação dos investimentos, ou pela falta de percepção sobre “*parasitagem do setor agrário semifeudal*”, que gerava uma “*esclerose no processo de industrialização*”. Mas também pode ser observada na forma com que se associou ao capital externo para solução de seus problemas ocasionais, adotando a linha de menor resistência, por “*falta de experiência e de maior profundidade de visão*”²⁵.

O diagnóstico pode e deve ser questionado em vários aspectos, especialmente no que diz respeito às expectativas sobre o comportamento mais “racional” dos vários atores sociais, mas parece certo enquanto relato político das dimensões mais profundas do subdesenvolvimento e das oportunidades perdidas para um salto qualitativo em termos econômicos, sociais e institucionais. O que merece ser ressaltado aqui é o seu esforço de incorporar a temática das classes sociais e da estrutura de poder na análise do subdesenvolvimento e de seus impasses, aproximando-o da leitura dos intelectuais críticos da academia e dos diagnósticos críticos que faziam ao “desenvolvimentismo”, os quais desembocariam, por sua vez, na “teoria da dependência”.

Vejamos agora a trajetória de Florestan Fernandes, que compôs outro “fragmento de geração”, travando o debate sobre o desenvolvimento a partir de outra posição: a do cientista social exercendo as funções de professor e pesquisador acadêmico. Porém, antes de avançar, cabe uma ressalva: o intelectual crítico da academia e o intelectual orgânico do Estado possuíam algo substantivo em comum: o sentido de missão na (re)construção da cultura brasileira e a luta pela superação do subdesenvolvimento, a despeito dos conceitos e métodos utilizados.

²⁴ FURTADO, 1964, p. 84-89, 110-111, 116.

²⁵ Ibidem, p. 131-138.

Florestan Fernandes situa o seu período de socialização acadêmica entre 1941 e 1953, abarcando o ingresso no ensino superior e as últimas etapas de *“nobilitação acadêmica”* que culminam com a sua livre-docência na cadeira de Sociologia I. Na etapa seguinte (1955-1969), ele passa a ser encarado como um *“sociólogo de reputação profissional muito sólida”*. Nesse momento, o professor, o pesquisador e o formador de equipes de trabalho se associam, para imprimir a sua marca na sociologia tal como praticada no Brasil, pois o seu objetivo jamais fora o de criar *“uma sociologia brasileira”*²⁶.

Não se tratava, portanto, apenas de fazer ciência, mas de aprimorar os meios científicos por meio de uma reflexão sobre a própria teoria na sua aplicação sobre realidades sociais específicas²⁷. Conforme o relato de Florestan, o grupo de pesquisadores que floresceu em torno da cadeira de Sociologia I inaugurou *“uma nova era da investigação sociológica no Brasil”*. Ao formularem conhecimentos suscetíveis de operarem como *“técnicas racionais de consciência social [...] intensificava-se o elemento político intrínseco ao sociólogo, dentro de uma linha especificamente científica”*²⁸.

Neste clima de autonomia científica conquistada na prática, por meio da especialização e do intercâmbio solidário e competitivo, o “ato de ser universitário” se converteu em um vínculo real do sociólogo com *“a condição humana no mundo capitalista subdesenvolvido”*. Os intelectuais críticos da academia estavam assim munidos de suas categorias para apontar os limites do “consenso geral” lançado pelas estruturas de poder da “comunidade política nacional”²⁹.

Almejavam ser *“os servidores da sociedade no processo de transformação da sua cultura”*. Possuíam uma *“obsessão política [...] que nascia da cultura e gravitava dentro dela”*. Porém, a “experiência política” existente era monopolizada pelo “elitismo” dos que exerciam o comando das decisões dentro e fora da cidadela. O “universo do discurso” daqueles que transitavam junto ao poder “era outro”. Como não tinham pontos de apoio nos “dinamismos da sociedade”, Florestan e seus colegas formavam uma espécie de “subcultura” motivada pela *“ideia abstrata de missão, de relação com a sociedade e com as gerações sucessivas”*. Utilizavam-se do espaço cultural e político – que a “tolerância elitista” e a “inércia” puseram ao seu alcance – para absorver de maneira autônoma um padrão de trabalho intelectual e de organização institucional importado, mas adequado às circunstâncias brasileiras. Seu relato é todo construído para marcar a tese de que *“a ruptura que separou o ofício intelectual da opção ideológica”* se devia às escassas *“potencialidades do meio”*. Ao não terem sido criadas *“alternativas verdadeiras de revolução dentro ou fora da ordem”*, o intelectual fora *“empurrado contra a parede”*³⁰.

Na autoanálise que faz do seu fragmento de geração, Florestan admite que *“o inconformismo ficou contido e alimentado pela ordem existente [...] em uma espécie de pedagogia revolucionária calibrada pelos interesses vigentes”*, sempre lembrando que o que se almejava era *“uma revolução nacional e democrática dentro de uma perspectiva igualitária”*³¹. Os fins existiam, mas os meios não foram disponibilizados pelo contexto histórico.

Não obstante, se eles se tornaram “vítimas” do objeto de estudo, no pós-1964, teriam sido o “único setor” a empreender *“uma análise lúcida da natureza e das implicações da revolução nacional”*. Não aceitaram *“a enganadora concepção do desenvolvimentismo, que pressupunha o endosso à mistificadora concepção liberal de que a mudança cultural cria espontaneamente, e por si mesma, a solução para todos os males”*. A quem ele se dirige? Aos *“intelectuais engajados nos limites democrático-*

²⁶ FERNANDES, Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”. In: FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977, p. 142, 178, 190.

²⁷ IANNI, Octavio. *Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 13-15.

²⁸ Ibidem, p. 187-198.

²⁹ FERNANDES, Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”. In: FERNANDES, 1977, p. 183-193, 197-202.

³⁰ FERNANDES, Florestan. “A geração perdida”. In: FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977, p. 216-228.

³¹ Ibidem, p. 230-241.

burgueses”, que imaginavam existir na sociedade brasileira “*forças democráticas reformistas capazes de sobrepujar o egoísmo e o obscurantismo das classes dominantes*”³². Quem são eles? Rômulo Almeida, Helio Jaguaribe e Celso Furtado, ou seja, os técnicos nacionalistas e o grupo mais amplo dos intelectuais orgânicos do Estado.

O tom do relato, oscilando entre o esforço recompensado e a angústia, revela o trauma deste fragmento de geração “perdida”, ao passo que o outro fragmento teria sido – poderíamos dizer – “vencido”, porque travara a batalha inclusive no campo das classes dominantes, e justamente por isso não fora poupado das críticas desferidas pelo “*grupo orgânico de sociólogos-pesquisadores*” conforme expressão do próprio Florestan³³. Uns de terno e gravata escuros, outros de avental branco.

O artigo escrito em 1959, abaixo apresentado de forma sumária, refere-se a uma conferência ministrada por Florestan no auditório da Fundação Roberto Simonsen, da FIESP e do CIESP - uma prova de que havia circulação extra-muros das respectivas cidadelas intelectuais. O tema da sua intervenção, “Obstáculos Extra-Econômicos à Industrialização no Brasil”, significa um desafio de sistematização teórica, escrito quando o Governo JK colhia apoio de todos os lados e o Plano de Metas avançava a pleno vapor.

Depois de destacar o esforço da industrialização no Brasil, que “*merece ser encarado com entusiasmo e fundadas esperanças*”, Florestan avança na direção contrária: “*impõe-se uma alteração radical*” na estratégia perseguida. Para fundamentar seu argumento, procede a uma análise das “*inconsistências e debilidades do padrão brasileiro de desenvolvimento industrial*”³⁴.

De maneira inovadora, Florestan aponta a industrialização como um processo que envolve mecanismos econômicos, culturais e societários típicos do florescimento de sociedades capitalistas. Pode, portanto, ser analisada em termos teóricos, desde que esmiuçadas as especificidades no caso brasileiro. Sob este ângulo, não há nada de “excepcional” ou “espantoso” na experiência brasileira³⁵. Por mais que enfatize os elementos “universais” do processo, o que ele procura investigar, tal como Furtado, é a especificidade estrutural da emergente sociedade de classes no “contexto nacional”.

Uma primeira diferença reside no hiato existente entre a emergência da indústria e a sua transformação em fator social construtivo, que no Brasil envolveu lapsos de tempo bem maiores, ao menos se comparado aos países desenvolvidos. Em segundo lugar, em virtude dos seus condicionantes sociais, alguns influxos da industrialização se mostraram negativos para a sociedade brasileira, apesar de terem funcionado como estímulo em um primeiro momento. São eles a reserva de trabalho abundante e barata, as altas margens de lucros dos empresários e as disposições subjetivas que transformam a *industrialização* “*em um valor social de caráter moral*”³⁶.

A discussão do papel da “máquina” em Florestan surge em um registro diverso dos economistas cuja produção teórica se dava no mesmo período. O sociólogo profissional concebe a problemática da seguinte forma: o Brasil “*partilha da civilização mecânica a partir dos seus efeitos reflexos*”, na medida em que o horizonte intelectual teria permanecido “*acanhado, estreito e impotente diante de um destino histórico captado por transplantação*”. É daí que se originam, “*na esfera da prática, relações deformadas entre meios e fins*”, arremata Florestan³⁷. Existe, portanto, uma identificação com os modelos de sociedade engendrados pelo capitalismo industrial, mas sem as mesmas atitudes e valores.

³² FERNANDES, Florestan. “A geração perdida”. In: FERNANDES, 1977, p. 244-245.

³³ FERNANDES, Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”. In: FERNANDES, 1977, p. 192.

³⁴ FERNANDES, Florestan. “Obstáculos extra-econômicos à industrialização no Brasil”. In: FERNANDES, 1979, p. 61-63.

³⁵ Ibidem, p. 63-66.

³⁶ Ibidem, p. 67-68, 73.

³⁷ Ibidem, p. 75-77.

No caso do empresário industrial brasileiro, isso fica evidente na forma como se relaciona com o trabalho, no sistema de administração das empresas e no afã do ganho dissociado da adoção de novas técnicas de produção. Certos comportamentos “irracionais” do ponto de vista da empresa moderna – como a reduzida propensão ao reinvestimento e a tendência ao gasto suntuário, tão enfatizados no debate econômico – não dispõem de controles sociais reativos por parte da sociedade. Desta forma, os principais beneficiários da industrialização tendem a se alinhar junto ao *status quo*, inclusive demonstrando “*desinteresse relativo por uma autêntica política de aceleração da industrialização*”. Seus interesses sociais “*entram em choque com os valores que alimentam a sua ideologia*”. O resultado é “*a utilização disfarçada do nacionalismo econômico*” como instrumento de defesa dos seus “*interesses particularistas*”³⁸. Aqui Florestan penetra no âmago dos conflitos que tanto desmorteavam os técnicos nacionalistas nas suas propostas de planejamento para o desenvolvimento, que contavam com escasso apoio efetivo por parte dos empresários.

Mas se a empresa industrial, tal como organizada no Brasil, possui aspectos irracionais e negativos para o conjunto da sociedade, a sua expansão também encontra restrições impostas pelo próprio meio social. Alguns destes fenômenos “retardativos” são o modo de entrosamento entre o campo e a cidade, limitando a formação de uma “*economia de mercado, extensa, orgânica e diferenciada*”, “atualmente” concentrada nos núcleos urbanos; o papel do Estado, que apesar de ter sido estratégico para a expansão da indústria, não logrou exercer todas as funções que lhe cabiam na aceleração e orientação do processo de expansão econômica; além do limitado alcance da ciência e da educação, de modo a assegurar uma maior diversificação do sistema industrial³⁹.

Florestan demonstra familiaridade com os textos produzidos pelos técnicos nacionalistas que destrinchavam os desafios econômicos do país. A sua crítica à “*ideologia do progresso econômico*”, assim como a sua defesa de uma “*autêntica política de desenvolvimento econômico*”, parecem estar sintonizadas com os textos dos técnicos nacionalistas. Estes economistas endossariam, por exemplo, sua afirmação de que “*a intervenção do Estado acaba terminando onde ela deveria começar*”. A sua principal diferença está na crítica à ideologia da industrialização como “*símbolo de progresso social*” e, portanto, supostamente capaz de favorecer todos os segmentos sociais, já que os seus influxos positivos se mostram severamente restringidos. Em síntese, a política de desenvolvimento se transformara na “*política de expansão dos setores privilegiados*”.

O principal problema residia nas atitudes sociais do empresariado industrial, caracterizado como integrante do *status quo* e das classes dominantes e privilegiadas. O seu comportamento prático encontra-se dissociado das necessidades da industrialização enquanto processo de diversificação econômica e integração social, na medida em que este segmento se favorece pelo controle social ao menos parcial do processo, impedindo assim a formação de uma ideologia mais afinada com os influxos positivos potenciais do processo de expansão industrial.

Ao concluir a sua digressão, Florestan apresenta, em forma de questionamento, uma “*reflexão de caráter prático*”: “*podemos alterar o nosso horizonte intelectual com a rapidez imposta pelas circunstâncias?*”. Trata-se, ele responde, “*de algo sumamente difícil de conseguir*”, pois o principal obstáculo encontra-se nas atitudes sociais dominantes⁴⁰, e não apenas do empresariado industrial, uma vez que estas não se transformam de maneira automática, pois são componentes da própria dinâmica do processo social.

Mas o ponto alto do texto, para os fins deste trabalho, encontra-se nas suas últimas páginas. Florestan aponta que o cientista social está “*obrigado perante um sistema de valores éticos, inerentes ao saber científico*”, o que torna essencial a preocupação sobre “*o destino dado às suas contribuições*”. Daí a necessidade de se precaver contra o aproveitamento de suas ideias por camadas sociais que

³⁸ FERNANDES, Florestan. “Obstáculos extra-econômicos à industrialização no Brasil”. In: FERNANDES, 1979, p. 78-81

³⁹ Ibidem, p. 81-86.

⁴⁰ FERNANDES, Florestan. “Obstáculos extra-econômicos à industrialização no Brasil”. In: FERNANDES, 1979, p. 88-89.

elaboram uma ideologia que pretende representar “os interesses da coletividade como um todo”. Para não se tornarem meros instrumentos de segmentos particularistas, os intelectuais devem estar cientes do papel que jogam em determinado contexto histórico-social, jamais se curvando ao papel de ideólogos de grupos específicos. Neste sentido, “qualquer plano de desenvolvimento nacional” deve ser “lido” por meio de uma perspectiva que “transcenda os interesses e valores sociais consagrados pela ideologia das camadas dominantes”, afirmação que ele atenua, em nota de rodapé, ao mencionar que “a mesma não apanha todos os economistas brasileiros”⁴¹.

Parece evidente aqui que ele “preserva” Furtado, respeitando seu papel político e até ideológico, mas revelando que a posição por ele ocupada o impedia de compreender a totalidade do processo, assim como as suas contradições.

A tese de livre docência do seu pupilo, Fernando Henrique Cardoso⁴², aprofunda esse diagnóstico em termos empíricos e metodológicos. A ambiguidade da burguesia industrial resulta de uma “situação comum de classe” recente e marcada pela heterogeneidade. Os empresários se situam na sociedade mais em virtude do *status* de elites do que como classe. Daí a sua baixa participação, à exceção dos grandes grupos, nas associações de classe, bem como o seu reduzido controle do Estado enquanto “camada social”. A participação isolada de alguns dos seus integrantes no jogo político é encarada como oportunismo, até porque os empresários industriais se vêem em grande medida como “apolíticos”. Esta atitude exerce um poder de “amortecimento” sobre a virtual consciência dos interesses de classe, de forma semelhante ao que se passa com o proletariado.

Ora tal conclusão é muito semelhante àquela que chega Furtado, partindo de outra posição social e de outro universo metodológico, quando publica seu *Dialética do Desenvolvimento* em 1964, mesmo ano em que é publicado o livro de Cardoso. Diferentemente de Florestan e Cardoso, Furtado volta para as suas categorias para reexaminá-las após a derrota política. Os percursos são diversos, mas existe – para além da divergência – uma convergência sobre o ponto de chegada em virtude de os “modelos” serem constantemente (re)elaborados por meio de uma tensão entre o universal e o histórico, o econômico e o social.

Se para Florestan, o seu fragmento de geração foi “perdido” por ter “transcendido as possibilidades da história”⁴³ - talvez até porque sobre ela pouco tenha tentado interferir, para além da atividade científica, e também pela ausência de protagonistas históricos -, o fragmento de geração que Furtado passa a liderar, no pós-1959, talvez tenha sido “vencido”, pelas ilusões ou tentativas frustradas de quem estava “interpretando” na linha de frente da batalha, enquanto as coordenadas da história passavam por um freio de arrumação. Ao fim e ao cabo, os horizontes teóricos deixam de ser paralelos e passam por processos de mútua interação, o que talvez se explique pelo bombardeio dos seus respectivos espaços de atuação e socialização no pós-1964, mas também porque havia premissas comuns, até então invisíveis, entre estes dois estilos de interpretação.

A CONFLUÊNCIA DE PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS NO PÓS-1964

Celso Furtado, quando relata sua ida para o exílio, prefere se referir a sua “geração” como “superada” pela “corrente dominante da história que mudou de rumo”⁴⁴, algo que tenha talvez demorado a perceber, pois de 1958, em diante, se dedicara a resistir e acelerar o processo histórico. A própria consciência sobre a “corrente dominante” se situa num “futuro passado”⁴⁵, de onde Furtado constata, *a posteriori*, que o leque de alternativas havia se esgotado; ou conforme a leitura teleológica

⁴¹ FERNANDES, Florestan. “Obstáculos extra-econômicos à industrialização no Brasil”. In: FERNANDES, 1979, p. 91-92.

⁴² CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. 2ª. edição. São paulo, Difel, 1972, p. 170-176.

⁴³ FERNANDES, Florestan. “A geração perdida”. In: FERNANDES, 1977, p. 213.

⁴⁴ FURTADO, Celso. *Os Ares do Mundo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 63-64

⁴⁵ Segundo a abordagem/terminologia de Koselleck.

de Florestan para quem o seu “acerto”, e o da escola de sociologia da USP, teria se transformado em “aberração histórica”⁴⁶ com a execução do golpe de 1964.

De qualquer modo, as pontes desperdiçadas seriam erquidas apenas depois da aberração histórica, quando os fragmentos daquela geração se reencontram, movidos agora pela luta em torno da redemocratização.

Os intelectuais críticos da academia, depois do golpe de 1964 – incluindo os expurgados da cidadela universitária, que criaram outros espaços de atuação, como o CEBRAP, por exemplo – alargariam o seu horizonte analítico de modo a apurar, com mais afinco, porque o que criticavam não poderia *realmente* dar certo.

Superando os seus discípulos, Florestan se propõe a refinar seu método de análise, não apenas no sentido marxista, mas também captando a longa duração da “revolução burguesa no Brasil”, da Independência ao golpe de 1964, projetando inclusive as novas contradições colocadas pela contra-revolução burguesa, vislumbradas já em 1974. As hipóteses lançadas no seu clássico, analisadas de maneira sumária em seguida, têm como seu ponto de partida os trabalhos da segunda metade da década de 1960. Aqui surge um Florestan que desenvolve a sua própria “teoria da dependência”, jamais por ele nomeada como tal, a preparar um instrumental analítico que deságua naquele que seria o último ensaio do Brasil do século XX.

Seguindo as pistas de Oliveira, “*Florestan não é lido como um clássico do subdesenvolvimento nem da dependência, apesar da presença explícita dos dois temas na sua bibliografia*”⁴⁷. No seu entender, “*a obra de Furtado reorientou a produção teórica de Florestan*”, resultando “*numa obra profundamente original*”, pois dela teria se apropriado, “*utilizando ademais a sua bagagem extraordinária e a influência do marxismo*”⁴⁸.

Pretendemos qualificar e datar essa afirmação de Oliveira. A mencionada reorientação inicia-se já no Brasil, antes do golpe de 1964, e se completa no exterior quando o autor se dedica a escrever “*A Revolução Burguesa no Brasil*”. Furtado é relido pelo mestre paulista numa outra chave, não mais como o ideólogo do desenvolvimento. A sua contribuição é o método conjugado de análise da transformação assíncrona das estruturas econômicas, sociais e políticas no subdesenvolvimento, como fruto da forma de articulação com o desenvolvimento dos países centrais. Mas Florestan não o faz à maneira furtadiana. O seu marxismo returbinado se socorre do método histórico-estrutural para lançá-lo a um novo patamar.

No livro “*Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*”, no capítulo 1, Florestan se propõe a analisar “*as influências estruturais e dinâmicas da ordem social global sobre a absorção e expansão do capitalismo no Brasil, uma sociedade nacional do ‘mundo subdesenvolvido’*”⁴⁹. Se é verdade que o subdesenvolvimento era “*uma formação capitalista e não simplesmente histórica*” - como na crítica que Oliveira faria, em 1972, a Furtado⁵⁰ - Florestan pretende fundir ambos esquemas analíticos, emprestando categorias do método histórico-estrutural para enriquecê-lo. Neste sentido, “*a economia de mercado capitalista das sociedades subdesenvolvidas contém uma dimensão estrutural e certos dinamismos econômicos que são determinados por sua condição heteronômica essencial*”⁵¹. A partir deste enfoque metodológico, Florestan encara as transformações da estrutura social e de poder como fatores decisivos para a compreensão do “*econômico*”. Apenas assim, se pode explicar a história do

⁴⁶ FERNANDES, Florestan. “A geração perdida”. In: FERNANDES, 1977, p. 233

⁴⁷ OLIVEIRA, Francisco de. “Diálogo na nova tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes”, in: *A Crise do Estado-Nação*, NOVAES, Adatao, org. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 476-477.

⁴⁸ Idem, *ibidem*.

⁴⁹ FERNANDES, Florestan. *Sociedade Classes e Subdesenvolvimento*. 3ª. edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1975, p. 9. Este capítulo é escrito em 1967.

⁵⁰ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da Razão Dualista*. São Paulo, Boitempo, 2003, p. 32-34.

⁵¹ FERNANDES, 1975, op. cit., p. 25.

outro, em relação ao capitalismo “independente” do centro desenvolvido que nele penetra, dando forma a um capitalismo apenas passível de ser captado por meio de uma nova variante teórica, “o regime social de produção capitalista dependente”⁵².

Este regime se caracteriza por uma drenagem do excedente econômico para fora (não apenas no setor exportador) e por uma manutenção no plano interno de técnicas de produção anacrônicas e de formas produtivas heterogêneas, que resvalam para o nível da estrutura de classes. As bases anticapitalistas, extracapitalistas e semicapitalistas nas relações de produção permitem reforçar o capitalismo dependente ao compensar dinamicamente a insuficiência dos fatores de propulsão autônomos e com ampla capacidade de irradiação. As formas de heteronomia se fazem mais complexas, envolventes e eficazes à medida em que avança a industrialização. Daí que o regime de classes da sociedade subdesenvolvida e dependente sofra uma espécie de “esvaziamento histórico”, assumindo “formas e funções adicionais”, que impedem a superação do subdesenvolvimento, que deixa de ser tratado como fenômeno transitório⁵³.

O pano de fundo categorial acima exposto prepara o terreno para o que vem em seguida, a obra “Revolução Burguesa no Brasil”, publicada em 1974⁵⁴. No prefácio à segunda edição de 1976, ele afirma que lida com a “história em processo”, seguindo “*o traço lógico sine qua non da sociologia diferencial (ou histórica) de Marx aos nossos dias*”⁵⁵. A terceira parte da obra, que nos interessa diretamente, foi escrita no segundo trimestre de 1973, e contempla a sua “contribuição teórica”⁵⁶.

Tal como apontado no capítulo 1, a revolução burguesa no Brasil não deve ser buscada em um episódio histórico, mas encarada como um fenômeno estrutural, não linear, pois segue uma trajetória de zigue-zagues. A lenta desagregação do regime escravista-senhorial acarreta a formação de uma sociedade de classes específica e heterônoma, marcada pela “dupla articulação” entre o interno, “requisitos coloniais” nas relações de produção, e externo, novas formas de geração do excedente econômico.

O sociólogo paulista desenvolve o argumento de que existem vários padrões históricos de desenvolvimento do capitalismo, ademais suscetíveis de manifestações variáveis no espaço, em virtude dos “interesses estamentais ou de classe” acionados para a sua viabilização. É, neste sentido, que ele se debruça sobre “a fase de irrupção do capitalismo monopolista no país”, acentuada ao final da década de 1950 e que somente adquire caráter estrutural após o golpe de 1964⁵⁷.

Mesmo nesta fase, apesar das mudanças em relação à fase de “eclosão do mercado capitalista especificamente moderno” (1808 a 1860), e à fase de “formação e expansão do capitalismo competitivo” (1860 a 1950), a condição estrutural heteronômica se mantém, por meio de uma transformação no modo com que se processa a “dupla articulação”. Em nenhuma das fases há uma ruptura com a associação dependente, uma desagregação completa do antigo regime – pavimentando o acesso a uma ordem social competitiva -, e tampouco a “superção dos estados relativos de subdesenvolvimento”, aguçados pela satelização imperialista que impõe a extrema concentração social e regional da renda e da riqueza, que se manifesta sempre sob novas formas. Portanto, “*a nação jamais chega a ser definida como objetivo central do desenvolvimento capitalista*”⁵⁸.

⁵² Ibidem. p. 22.

⁵³ Ibidem. p. 20-21, 48, 51, 57

⁵⁴ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª. edição, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

⁵⁵ Ibidem, p. 5 e 9.

⁵⁶ Ibidem, p. 3.

⁵⁷ Ibidem, p. 224-225.

⁵⁸ FERNANDES, 1987, p. 222-224.

O ponto de chegada deste processo está na relação na soma entre a “decisão externa” de converter o Brasil em uma economia monopolista dependente – que possui dimensões econômicas e políticas – e a “decisão interna” de unificar a ação governamental e a vontade empresarial por meio de um fluxo de modernização institucional, que assume vários significados de 1930 em diante. Isso porque a “decisão interna”, tomada na Revolução de 1930, quando sobrevém a “crise do poder oligárquico” requer um movimento de maior envergadura em termos de acumulação de capital, que se completa quando se ajustam as posições das classes e elites dominantes. Neste sentido, “a distância entre o governo JK e o regime instaurado a partir de 1964 parece muito curta”. Faltava uma operação no plano da política para socorrer o Estado apenas para as classes dominantes, solucionando assim “a crise do poder buguês”⁵⁹.

Tampouco a decisão interna é de natureza apenas econômica. O seu conteúdo político se expressa no modo como os estratos dominantes das classes média e alta percebem o “destino do capitalismo” no Brasil. O impasse vivido nos estertores do capitalismo competitivo dependente – o qual pode ser situado ao longo do segundo Governo Vargas – é resolvido gradualmente, em seguida, por meio das “pressões privatistas internas e externas”, que levam ao alijamento da “classe dos outros”, composta não apenas pelo operariado mas também pela “congérie de massas trabalhadores e destituídas”. A “classe dos outros” serve como “bode expiatório” capaz de atualizar e sedimentar os processos elementares de uma nova solidariedade de classe entre as várias frações da burguesia e das elites dirigentes⁶⁰.

Como corolário deste movimento, o controle direto do Estado aparece como a *“única real garantia de autoproteção para o predatório privatismo existente”*. Daí porque não faz sentido falar de “capitalismo de Estado”, pois o seu papel está voltado para o florescimento das grandes corporações privadas independentemente da origem de capital. O Estado já não pode mais funcionar como contrapeso, pois tende a se transformar na própria “espinha dorsal” do processo de reprodução do capitalismo monopolista dependente⁶¹.

Analisando a revolução burguesa como um fenômeno estrutural e histórico, depara-se o autor com a sua consumação em autocracia burguesa, qualificada como uma *“versão tecnocrática da democracia restrita”*⁶². O desenvolvimento econômico emerge também fraturado, pois sinônimo de *“um padrão capitalista altamente racional e modernizador”*.

Segundo esse prisma, não existe “traição à revolução nacional”, já que esta se limita ao controle do Estado pelos vários segmentos da burguesia, incluídos aqui as oligarquias rurais reconvertidas, que têm seus interesses soldados na defesa comum do “desenvolvimento acelerado” e da “revolução institucional”⁶³.

Esse desenlace, contudo, propicia novas tensões ao poder burguês restaurado sob o capitalismo monopolista dependente. O próprio desenvolvimento das forças produtivas acarreta uma mudança na configuração histórica e estrutural do “povo”. O proletariado assume vigor renovado em termos econômicos, sociais e políticos. A solução do dilema gera novas contradições, pois emergem as condições para que operariado, e os assalariados em geral, possam deixar de ser meros instrumentos e *“vítimas-mudas passivas do desenvolvimento capitalista”*. Essa parece, segundo Florestan, a única via por meio da qual o desenvolvimento capitalista pode adquirir “algumas facetas nacionais e democráticas”⁶⁴. Lembremos que esta última parte foi escrita em 1973.

⁵⁹ Ibidem, p. 256-259.

⁶⁰ Ibidem, p. 265-267.

⁶¹ FERNANDES, 1987, p. 215-217, 260-261.

⁶² Ibidem, p. 268.

⁶³ Ibidem, p. 224, 300-301, 362-363.

⁶⁴ Ibidem, p. 277-281.

Portanto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido, na sua irrupção monopolista, apresenta-se como um “capitalismo selvagem e difícil”, *“cuja viabilidade se decide, com frequência, no terreno político”*. Não se pode, a partir da constatação do divórcio entre a ideologia e a utopia burguesa, falar de “revolução frustrada”. Ao contrário, as “burguesias nacionais” se comportam como as vanguardas políticas do mundo capitalista. O seu atraso, o seu caráter anti-democrático, ou contra-revolucionário, se explicam pelo “avanço da história”, que assume nova feição na contemporaneidade periférica. O “Estado nacional e democrático” aparece desprovido de conteúdo substantivo, pois assume a forma ditadura de classe preventiva ⁶⁵.

Não obstante, novas contradições se colocam, trazendo novas possibilidades estruturais. Uma delas seria um autêntico “nacionalismo burguês” e uma “genuína democracia burguesa”; outra, uma “uma revolução dentro da ordem” pró-capitalista, mas anti-privatista e anti-imperialista; ou então um “revolução contra a ordem”, definitivamente anti-burguesa. Florestan não especifica as alternativas listadas mais como parâmetros para se projetar cenários para a atuação política. Mas aponta a necessidade de refundação da dominação burguesa, ajustando-se às “pressões de baixo para cima” ⁶⁶.

Já no caso de Celso Furtado, que até então estivera da linha de frente no processo político, a ida ao exílio gera uma ruptura na sua trajetória como intelectual público, mas também na sua reflexão sobre o (sub)desenvolvimento e as possibilidades da sua superação. Conforme o seu relato autobiográfico, percebera que *“as relações econômicas internacionais estavam em rápida evolução, independentemente da confrontação política alimentada pela Guerra Fria”*. Daí a “opção” de circular no mundo universitário “deles” para *“aprofundar o conhecimento do processo de dominação-dependência”*, que mudara a história do Brasil, subitamente “globalizada”, *“marginalizando aqueles que acreditaram no desenvolvimento autônomo do país”*⁶⁷. Agora que Furtado passa a fazer parte do *establishment* acadêmico internacional⁶⁸, pode aprimorar o seu método, já que o espaço para propostas de ação lhe está vedado, inclusive fisicamente, no contexto do “milagre” e da ascensão do tecnocrata em substituição aos “técnicos em fins”.

Essa nova atitude já estava presente no seminário realizado no ILPES, no Chile, em junho de 1964, pouco antes de sua partida para Yale. Nesta ocasião, reuniram-se economistas e sociólogos com o objetivo de fazer uma releitura crítica dos textos clássicos da CEPAL, abordando sob nova chave a “problemática do desenvolvimento/subdesenvolvimento”, a partir dos acontecimentos históricos recentes da América Latina. Além de quadros técnicos da CEPAL, como Norberto González e Osvaldo Sunkel, participaram os sociólogos José Medina Echavarría, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort ⁶⁹. Não seria um exagero dizer que este é um marco para a formulação do que viria a se chamar “teoria da dependência”, fazendo confluír as agendas de pesquisa que antes corriam paralelas.

O Furtado dependentista ⁷⁰ aparece em toda a sua plenitude na sua obra de 1974, quando detalha a redefinição das relações centro-periferia, que se processara a partir dos anos 1950 e 1960. O capitalismo, em escala internacional ampliada, se expandia por meio das empresas transnacionais (criando um mercado intra-firmas) e dos fluxos financeiros de capitais. A industrialização periférica, que ele defendera como um processo mais amplo de autotransformação nacional, não levava à gestação

⁶⁵ FERNANDES, 1987, p. 293-297.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 287, 309.

⁶⁷ FURTADO, 1991, p. 66-67.

⁶⁸ OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. Boitempo, São Paulo, 2003, p. 27.

⁶⁹ FURTADO, 1991, p. 30-31.

⁷⁰ Ver esta caracterização em PALMA, Gabriel. “Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment”. In: *World Development*, vol. 6, 1978, p. 898.

de sistemas econômicos e sociais integrados, mas à desarticulação produtiva. O subdesenvolvimento assumia novos significados com a ampliação da heterogeneidade estrutural ⁷¹.

Numa sutil autocrítica, logo ao início do livro, refere-se aos “mitos”, que cumprem o papel de orientar a visão do processo social, base para todo e qualquer esforço analítico. Ora, a noção de que o desenvolvimento econômico possa ser universalizado – não a que ele sustentara, mas aquela que encontrara respaldo na academia internacional e nos governos autoritários da periferia – encontra-se disseminada, servindo como uma prolongação tardia do “mito do progresso”, ideologia diretora da revolução burguesa e responsável pela expansão da sociedade industrial ⁷².

A realidade parecia revelar dimensões que estavam subjacentes ao “mito do desenvolvimento”. O processo de industrialização na periferia mostra-se qualitativamente distinto. O sistema capitalista na sua totalidade engendra a homogeneização e integração no seu centro unificado, abrindo um crescente fosso entre o centro e a periferia, já que nesta o sistema produtivo se clona para atender uma minoria modernizada, ao mesmo passo em que se abre um fosso interno em relação às grandes massas da população ⁷³.

É então que Furtado chega, por outros caminhos, e com termos próprios à mesma conclusão de Florestan, que publica no mesmo ano “A Revolução Burguesa no Brasil”: *“as economias da periferia nunca serão “desenvolvidas”, no sentido de similares às economias que formam o atual sistema capitalista”*⁷⁴. Para completar, mais adiante: *a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível, no quadro da dependência* ⁷⁵. Esta última afirmação mais parece, no nosso entender, uma forma de traduzir seu novo “achado” para os quadros teóricos que antes esposara, pois a divisão internacional do trabalho torna-se pesada e insuperável. Ela planta as suas raízes no subdesenvolvimento industrializado.

A industrialização, apesar das suas mudanças estruturais importantes, segue reforçando os traços de “heteronomia”, para utilizar a linguagem de Florestan. Para Furtado, muda apenas a natureza da “modernização”, conceito utilizado para descrever a importação de padrões de consumo sem alteração da estrutura social que caracterizara o período de “expansão para fora” do último quarto do século XIX. Numa analogia talvez forçada entre situações tão díspares, ele percebe na “dependência cultural” o mínimo denominador comum que marca a continuidade entre a economia exportadora e a industrialização periférica. Na verdade, são as relações diversas entre o centro e a periferia, agora sob o império das empresas transnacionais, que travam a transformação redentora que ele antes vaticinara. O velho aparece sob novas formas. A modernização agora internalizada, por não se generalizar, gera descontinuidades no tecido produtivo e social, aprofundando a heterogeneidade tecnológica ⁷⁶.

A radicalidade da obra de Furtado de 1974 estaria presente em todos os seus escritos subsequentes. Radicalidade no sentido de interpretação que procura ir à raiz do “subdesenvolvimento industrializado” ou do capitalismo periférico que aprofunda a heterogeneidade estrutural e as desigualdades sociais e de renda.

O Brasil se tornara um caso de “mau desenvolvimento”: ao “abuso do supérfluo privado”, somou-se o “gigantismo do supérfluo público”, conformando uma “estrutura de dominação social voltada para o ‘desenvolvimento econômico’”. Mirando para a estrutura de classes, fornece o seu

⁷¹ FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 4ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, 4ª. edição, p. 22, 25-28.

⁷² *Ibidem*, p. 15-16.

⁷³ *Ibidem*, p. 45-46, 88.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 75.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 87.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 78-89.

diagnóstico certo: *“a nova classe média em rápida expansão foi vista como simples fator de ampliação do mercado, sem vinculação maior com a esfera política”*⁷⁷.

Na sua última obra teórica, revista em 2000⁷⁸, o economista-cientista social lança o desafio para as próximas gerações: qualquer reflexão sobre o desenvolvimento deve conduzir a *“uma progressiva aproximação entre teoria da acumulação, teoria da estratificação social e teoria do poder”*⁷⁹, tal como na perspectiva metodológica do sociólogo Florestan Fernandes, acima recuperada. No meu entender, esse diálogo na “nova tradição”, como sugere Francisco de Oliveira⁸⁰, mais se assemelha a uma “tradição renovada” por meio da confluência de perspectivas metodológicas e teóricas agora em mútua interação

Conforme a interpretação de Furtado sobre o modelo econômico engendrado nos anos 1970, o dinamismo da renda não se fazia acompanhar de um avanço da acumulação reprodutiva – que estivesse assentada na diversificação produtiva com aumento de produtividade e internalização dos setores de bens de capital -, gerando assim uma “dessimetria entre o setor produtivo e a sociedade”⁸¹. O perfil da demanda se bifurcava, propiciando nichos de mercado distintos, mas não estanques. O padrão de consumo das minorias modernizadas se difundia para 20% da população, enquanto os outros 80% se situavam na base da pirâmide do mercado de trabalho organizado, ao qual se somavam as várias formas de trabalho não-capitalista. Por sua vez, a estrutura social da “economia periférica” – ou seja, “longe de haver dualismo” – conforme suas próprias palavras – não funcionava como uma trava à expansão econômica, antes resultava do padrão de acumulação concentrador⁸². Para então completar: o Estado – em vez de se opor à “modernização”⁸³ ou se apresentar como uma opção a ela - pode no máximo *“ampliar as avenidas de uma industrialização que tende a perder fôlego”*⁸⁴.

Trabalhando com tipos ideais como “economias industriais” - por vezes adicionando o adjetivo “centrais” às mesmas – e “economias periféricas” ou “periferia semi-industrializada”, o seu objetivo é destrinchar as mutações mais amplas ocorridas no sistema capitalista do século XX, vinculando-as às alterações verificadas nas relações centro-periferia que engendram novas configurações na divisão internacional do trabalho. Não se trata mais de uma interpretação por contraste entre “eles” e “nós”, mas de constituir uma “visão sintética do processo desenvolvimento-subdesenvolvimento”.

Ao partir para uma análise da totalidade sistêmica, da perspectiva da periferia, Furtado estabelece um corte histórico entre o *“capitalismo dos sistemas nacionais, tutelados por Estados rivais, por definição nacionalista e voltado para o mercado interno”* para *“o capitalismo das grandes firmas, naturalmente cosmopolita, orientado para o livre-cambismo e para a livre transferência de recursos entre os países”*⁸⁵.

O corte histórico pode ser definido em torno de meados do século XX, quando a industrialização periférica avança e se consolida, inserida nesta mutação mais ampla. Os países que foram mais adiante contaram com a ampliação do campo de ação de Estado, como no caso

⁷⁷ FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 10-13.

⁷⁸ A sua versão, bem mais enxuta, se intitulava “Pequena Introdução ao Desenvolvimento”, e foi publicada em 1980.

⁷⁹ FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

⁸⁰ OLIVEIRA, in: NOVAES, 2003, p. 480.

⁸¹ FURTADO, 2000, p. 82-83.

⁸² Aqui Furtado parece seguir a seara aberta, apesar de não mencioná-lo explicitamente, pelo seu discípulo e crítico Francisco de Oliveira.

⁸³ “modernização” aqui aparece tal como enunciado na obra de 1974, ou seja, como difusão mimética de padrões de consumo já conhecidos e utilizados nas economias industriais centrais

⁸⁴ FURTADO, 2000, p.122-123.

⁸⁵ Ibidem, p. 115-118.

brasileiro, que se transformaria em condutor da “modernização”, travando o avanço da acumulação reprodutiva e a possibilidade de realização de reformas sociais estruturais.

Portanto, se em “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, Furtado tecia dúvidas sobre a relação entre o sistema capitalista e a “necessidade” de “*relações assimétricas com os sub-sistemas econômicos e as formas de exploração social que estão na base do subdesenvolvimento*”⁸⁶; agora ele vê a “polaridade” centro-periferia, desenvolvimento-subdesenvolvimento, dominação-dependência como um fato histórico, não necessário, mas que deve ser analisado como a “consequência inelutável” da forma de expansão do “modo capitalista de produção”, condicionando assim “a evolução subsequente das estruturas do sistema”⁸⁷. Essa mudança sutil está prenhe de novos conteúdos analíticos.

O CICLO 1988-2016 E A “PARCERIA” FURTADO-FLORESTAN

O que segue é uma versão atualizada do artigo de minha autoria publicado em abril de 2018⁸⁸. Como todos sabem, houve, no último ano transcorrido, uma aceleração do tempo histórico, impelido pelas forças até então submersas da nossa longa duração, que acreditávamos, ao menos parcialmente, superadas.

O passado colonial e escravista, a estrutura hierárquica e patriarcal, os privilégios estamentais e de classe, o autoritarismo no plano das relações sociais e da estrutura de poder se lançaram subitamente para o futuro, não como eram “no passado”, mas por meio de certo *quantum* de continuidade que jamais deixou de marcar as transformações e rupturas.

Mas não se trata de uma volta ao passado. Quando as forças da longa duração, no sentido braudeliano, se projetam sobre a história dos acontecimentos, isso se faz pela mediação da história conjuntural dos ciclos econômicos, sociais e políticos de média duração, que geralmente imbricam de maneira mais ou menos orgânica as engrenagens da história brasileira no sentido do “tempo do mundo” e do capitalismo na sua totalidade sistêmica e diferenciada e, portanto, não de forma imediata ou mecânica.

É possível ressuscitar o estilo de interpretação ancorado no método histórico-estrutural, partindo da tradição renovada contida nas obras de Furtado e Florestan dos anos 1970? Pode esta “parceria” nos fornecer elementos teóricos e metodológicos para elucidar o ciclo sócio-político de 1988-2016 e as contradições subjacentes que levaram ao seu fim?

Façamos uma breve e assistemática recapitulação desse ciclo. Na literatura econômica, a década de 1980 é conhecida como “perdida”, em virtude da dívida externa e do descontrole inflacionário. A mobilização social vinda de baixo - que pautou a ascensão do PT, as Diretas-Já e a Constituição de 1988 - revela um quadro bem diferente. A Constituição é resultado de um não-consenso, de uma justaposição de agendas, a conservadora do Centrão, que bloqueou o máximo que pôde, exigindo legislação complementar para uma série de avanços sociais; enquanto a esquerda conseguiu estampar sob forma de lei os rudimentos de um Estado do Bem-Estar, a ser progressivamente implantado.

Nos anos 1990, especialmente sob a égide do governo FHC, a autocracia burguesa muda de configuração. Assume a aparência de uma “democracia burguesa”, mas a disputa por hegemonia e por projetos se apresenta profundamente assimétrica em favor da burguesia reconfigurada por suas novas alianças internacionais. A agenda liberal da política econômica se generalizava no corpo da sociedade, conclamando os trabalhadores ao empreendedorismo, à qualificação e à produtividade

⁸⁶ FURTADO, 1974, op. cit., p. 94.

⁸⁷ FURTADO, 2000, op. cit., p. 75-76.

⁸⁸ BARBOSA, Alexandre de Freitas. “O golpe de 2016 e o mar agitado da história”, In: *Le Monde Diplomatique*, n. 34, 2018, abril.

como senha para manterem seus empregos. O custo do trabalho era visto como o responsável pela baixa geração de empregos. A privatização gerava uma transferência de ativos para a “burguesia nacional” associada aos novos grupos estrangeiros, para não falar dos rendimentos associados à expansão da dívida pública interna. O mercado interno fora asfixiado, enquanto a economia-mundo capitalista se reorganizava, valorizando seus capitais produtivos e financeiros neste posto avançado da periferia que vivia um novo processo de desarticulação produtiva. Mas com a diferença que agora os investimentos minguavam e sistema montado anteriormente sofria uma espécie de anorexia econômica e social.

Nos anos 2000, a recuperação do mercado interno se casou com a fase expansiva de um ciclo econômico de curta duração, que permitiu a viabilização de um “nacionalismo burguês” no plano do discurso e de uma “genuína democracia burguesa”, pois as várias frações de classes apareciam em conflito velado, mas não aberto. A disputa hegemônica ficou congelada e amortecida.

No campo econômico, as desvalorizações do real (1999 e 2002); a ascensão chinesa que trouxe novas relações entre os centros da economia-mundo capitalista, suas periferias e semiperiferias; a política de valorização do salário mínimo num contexto de capacidade ociosa e de elevada defasagem acumulada nos anos 1990 entre os ganhos de produtividade e os níveis de salário médio, especialmente na indústria e nos serviços modernos; e a recuperação do investimento, partindo de níveis muito baixos, além de auxiliada pelo papel do Estado e dos bancos públicos – tudo isso permitiu uma elevação da taxa de crescimento e uma expansão mais que proporcional do nível de emprego assalariado formal. A equação do tripé da política econômica, na maré alta, permitira reduzir o endividamento público (em relação ao PIB) e elevar os gastos sociais, acelerando a implantação da agenda de 1988, processo já iniciado de maneira muito tímida no governo FHC.

Apesar da desaceleração econômica do primeiro governo Dilma, os níveis de desemprego aí encontraram os seus níveis mais baixos, assim como a pobreza e a desigualdade de renda (se medida apenas pela renda do trabalho). Havia a crença de que esse processo seguiria adiante de maneira quase espontânea. Por que isso não aconteceu?

Ora, para dar sustentação no longo prazo a este processo - permitindo a continuidade da queda da desigualdade, o avanço nas políticas sociais e de infra-estrutura e um perfil do emprego menos ancorado nos baixos salários – o próprio padrão de inserção externa deveria assumir uma feição menos vulnerável e passiva. Isso envolvia, além de alteração na política cambial, uma política casada de investimentos (públicos e privados) capazes de antecipar gargalos de infraestrutura e internalizar novos elos das cadeias produtivas, especialmente os mais intensivos em capital e tecnologia.

Depois de 2008, fomos pegos no contrapé, pois quem estava com capacidade ociosa eram os Estados Unidos e a União Européia, além do novo centro chinês, que corria em busca de novos mercados. Todos os incentivos concedidos pelo governo Dilma foram drenados para estes centros, que passaram a estabelecer entre si novas interações, afetando os países da periferia e da semi-periferia. Não dá, portanto, para jogar a culpa pelo fim do ciclo expansivo interno simplesmente à maré baixa da “economia internacional”, sem compreender a reconfiguração da economia-mundo capitalista, com novas polaridades e hierarquias, na sequência da crise financeira de 2008.

No plano interno, reproduzia-se sob nova feição a dessimetria entre o setor produtivo e a sociedade. Algumas novidades ocorreram em relação ao diagnóstico de Furtado, formulado para os anos 1970. O acesso aos bens de consumo, especialmente duráveis, se ampliava muito além da minoria modernizada, pelos baixos preços dos produtos chineses e pela externalização crescente das cadeias produtivas, especialmente nos segmentos mais intensivos em tecnologia. O setor produtivo alcançava agora segmentos mais amplos da sociedade via emprego, aumento de renda e incorporação no crédito, mas se mostrava incapaz de dar um salto na acumulação reprodutiva, essencialmente pela

inserção subordinada dos setores dinâmicos do mercado interno na economia-mundo capitalista, para o que muito contribuiu o populismo cambial da Era Lula.

Paralelamente, uma nova estrutura social emergia. Enquanto as classes média e alta iam ao paraíso, na ausência de reforma tributária e num contexto de juros reais elevados; a nova “ralé” – ou a “classe dependente urbana” de Florestan – obtinha ganhos expressivos de renda, alçando-se à condição de microempreendedores instáveis ou de assalariados com carteira ou sem carteira ganhando em torno do salário mínimo, valorizado em seu poder de compra, mas dispondo de acesso limitado às políticas sociais, enquanto os espaços urbanos e rurais se convertiam em verdadeiras zonas de segregação. A classe trabalhadora com um mínimo de qualificação conseguia ganhos acima da inflação num contexto de estagnação dos ganhos de produtividade e de rentismo exacerbado, que travavam a possibilidade de acumulação reprodutiva.

Era uma espécie de nirvana, mas as tensões de classe latentes que apenas espocavam, vieram à luz do dia, em junho de 2013. Paralelamente, o frágil consenso político passou a ruir depois que o governo Dilma ensaiou uma mudança de curso na política econômica, sem dialogar com o setor privado e a sociedade, para depois recuar por pressão do “mercado”. O golpe de 2016 foi tramado neste contexto em que os dividendos econômicos já não davam para todos os segmentos de classe. A ditadura preventiva de classe voltou com toda a força, detonando uma verdadeira guerra de posição na sociedade, mas desequilibrada a favor das classes dominantes novamente entrincheiradas nos três poderes do Estado. A nova autocracia burguesa não consegue, contudo, se legitimar facilmente pela força e tampouco está aberta a qualquer negociação com a “classe dos outros”.

È neste contexto que se observa, antes de sua injusta prisão pelos justiceiros de plantão, o retorno do outrora estadista da conciliação, reconvertido agora em líder popular capaz de amalgamar os interesses de classe ausentes na atual estrutura de poder. Trata-se de uma involução (existia alternativa no curto prazo?) para a esquerda brasileira (especialmente a petista), que protagonizou a tentativa mais arrojada de transformação social, num contexto de ampliação da democracia, na virada do século. Mas as pontes já estavam dinamitadas entre a esquerda que governara “com tudo e com todos” e as forças do sistema.

A esquerda, e não apenas a petista, foi incapaz de forjar uma perspectiva contra-hegemônica para alterar os fins do Estado e da política, o que pressupunha a existência de um projeto nacional para além de um projeto de poder. Paralelamente, os movimentos sociais foram desfibrados na Era Lula. Lograram implantar vários projetos inovadores, mas se deixaram também enredar pela máquina do governo federal. A sua reconstituição – em aliança com as classes médias radicalizadas das universidades e a partir de novas formas de organização – é pré-condição para uma transformação dos partidos de esquerda, capturados pela lógica do poder.

Do lado das classes dominantes, a democracia se transformou em estorvo, como se depreende dos resultados eleitorais obtidos pelos candidatos “democráticos” de centro-esquerda e centro-direita no primeiro turno das eleições de 2018. O governo de cúpulas, já presente em Lula e Dilma, que incluíram os movimentos sociais em relação ao arranjo herdado de FHC, passou por um processo de oligarquização acelerada. Sob Temer, a aliança Mídia-Finança-Congresso-Judiciário expulsou “a classe dos outros”, como se pode depreender dos ataques à legislação trabalhista, do aval para a terceirização sem limites e da insólita lei do teto dos gastos. Desta vez, a autocracia burguesa pode quando muito gerar níveis baixos de crescimento econômico, sem turbinar a acumulação capitalista. Desestruturados os encadeamentos setoriais e regionais, mas também o poder de ação do Estado, a nova autocracia burguesa aposta na vinculação dos núcleos esparsos da economia brasileira integrados de maneira subordinada à economia-mundo capitalista - onde o poder econômico concentrado se reestrutura, impondo novas formas de desarticulação produtiva e social nas várias periferias.

Ainda que o candidato do PSL tenha ascendido na vida política nacional por uma conjunção de fatores episódicos, aliados a processos estruturais complexos e ainda difíceis de divisar, ele representa a possibilidade de uma “eternização” das discontinuidades produtivas e sociais que caracterizam o “ornitorrinco capitalista”: “*uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão*”⁸⁹.

Mestre Chico estava “correto” no seu diagnóstico certo de 2003. Mas jamais poderia imaginar que isso ocorreria pelas mudanças - que ele subestimava - processadas na Era Lula, as quais acionaram novos mecanismos moleculares, reconfigurando parcialmente a morfologia do animal. Inacessível à mudança, ele daria o coice, agregando – não por seleção natural, mas pela via da transgenia - uma terceira variável à fórmula cunhada pelo mestre. O ornitorrinco capitalista exige também “ordem e progresso”, obtidos por meio da violência institucionalizada e chancelada pelo voto.

⁸⁹ OLIVEIRA, Francisco de. *O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003, p. 150.

RECEBIDO EM: julho de 2019

APROVADO EM: fevereiro de 2020